



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Carta de

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

Conjuntura FEE

ANO 20 Nº 3

Março de 2011

Regras de reajuste e valorização do salário mínimo regional

Como todo início de ano, os mais diversos segmentos das sociedades gaúcha e brasileira discutem quanto se deve pagar, no mínimo, para os trabalhadores em jornada completa. Em meio aos muitos argumentos sobre a economicidade das propostas de salário mínimo (SM), a crítica aponta o impacto previdenciário, o aumento da informalidade e o desestímulo à produtividade como principais contras das políticas de remuneração mínima. No entanto, países desenvolvidos como Estados Unidos, Inglaterra e Japão também adotam um limite inferior para a remuneração do trabalho.

A realidade parece mais otimista do que os críticos. Depois de duas décadas de perda do poder de compra, o SM brasileiro teve uma valorização de mais de 70% a partir de 2000. Enquanto isso, o PIB *per capita* cresceu mais de 18% no período, e a informalidade nas relações de trabalho caiu 11% entre 2002 e 2009 segundo a PNAD — sem se mencionar a ampliação das arrecadações direta e indireta através dos salários e do efeito multiplicador associado à alta propensão ao consumo dos beneficiários. No Rio Grande do Sul, a vigência de um salário mínimo regional (SMR) superior ao salário mínimo nacional (SMN) ao longo de toda a década também não parece ter impactado negativamente, já que o trabalho informal caiu 13%, e o PIB_{pc} subiu em torno de 33%.

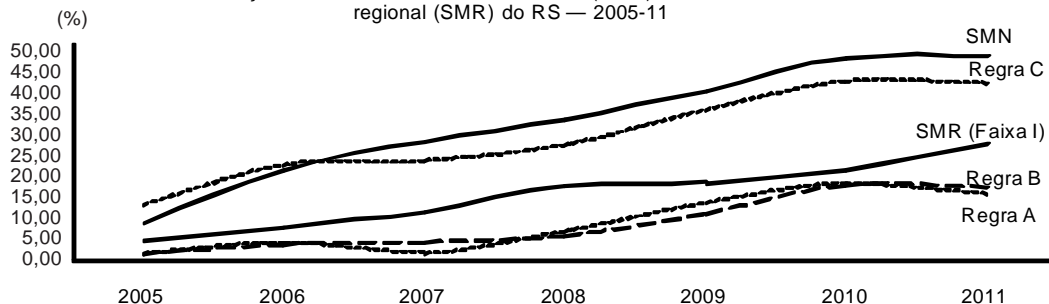
A política de SM e de sua valorização é uma política pública de combate à pobreza e à desigualdade social, condição elementar para um desenvolvimento econômico sustentado. Mais do que uma questão de eficiência, o SM é uma questão de justiça social e distributiva. Por incidir diretamente sobre a renda de uma parcela expressiva da população, torna-se um dos instrumentos favoritos de demagogia e oposição aos governos. Faltam regras bem-definidas para os reajustes anuais, que reduzam o oportunismo e facilitem o planejamento de longo prazo. No âmbito nacional, desde 2007,

há um acordo pelo qual a correção do SMN deveria acompanhar expansão do PIB e a inflação.

A descentralização das regras do mínimo tem o objetivo de otimizar os seus valores de acordo com as condições socioeconômicas de cada estado da Federação. Entre 2001 e 2004, o SMR no RS era determinado por uma proporção fixa do valor nacional. Com o fim dessa regra, entre 2005 e 2010, a valorização SMR foi de apenas 21%, contra quase 47% do SMN. Para avaliar as propostas para 2011, apresenta-se uma simulação com três trajetórias alternativas de valorização do SMR, onde diferentes regras poderiam ter sido adotadas, a partir de 2005: (a) Regra A - regra análoga à adotada desde 2007 para o SMN, onde o SMR é corrigido pela variação real do PIB do RS de dois anos antes, acrescida da inflação medida pelo INPC acumulado entre os reajustes; (b) Regra B - adaptação da regra nacional que busca amenizar a maior variabilidade do PIB do RS. O reajuste é feito pela média de crescimento de dois e três anos antes, acrescida da inflação medida pelo INPC acumulado entre os reajustes; (c) Regra C - o SMR como uma proporção do SMN, calculada pela razão entre o PIB *per capita* do RS e o do Brasil, de dois anos antes.

Se vinculada ao crescimento do PIB do Estado, a política de valorização teria apresentado resultados inferiores ao observado no período. No entanto, o resultado é bastante mais expressivo quando baseado na renda *per capita*. Embora o reajuste de 11,6% em 2011 retome uma trajetória de valorização, seriam necessários 16,8% para atingir o nível proposto na Regra C. De qualquer forma, somente com regras estáveis e coerentes com a capacidade e a evolução socioeconômica do Rio Grande do Sul será possível conceber uma política de SMR que contribua para a redução das desigualdades sociais e regionais, ao contrário do que vem ocorrendo nos últimos anos.

Valorização real do salário mínimo nacional (SMN) e do salário mínimo regional (SMR) do RS — 2005-11



FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE. FEE. IPEADATA.

Tomas Pinheiro Fiori (FEE/CEES)

Valorização dos imóveis supera inflação

O estouro da “bolha imobiliária” norte-americana e a crise financeira que se seguiu mostraram para o mundo o perigo que pode significar um surto especulativo desse tipo. No Brasil, verificou-se, nos últimos anos, um processo de crescimento contínuo do rendimento médio da população. Isso faz com que a demanda pela casa própria tenha um aumento considerável, o que é estimulado pela política expansionista de crédito e por programas habitacionais do Governo Federal. A construção civil passa por um período de grande aquecimento, o que tem acarretado a escassez de mão de obra no setor, pressionando para cima seus salários.

Isso acaba por influenciar índices como o CUB — parâmetro mais usado para medir o custo da construção civil. De 2007 a 2010, o CUB e o IGP-M — indexador utilizado para a correção de aluguéis — tiveram crescimento parecido, mas acima da taxa de inflação oficial brasileira, medida pela IPCA, e bem acima do rendimento real da poupança. Porém, mesmo que essa tendência de descolamento de tais índices com rela-

ção ao IPCA persista, ainda é pouco para falar que uma “bolha” esteja formando-se. Como exemplo, pode-se citar o caso norte-americano, que, na década anterior ao estouro da “bolha imobiliária” em 2007, teve o seu índice Case-Shiller, que indica a valorização dos imóveis, 70% superior à inflação oficial.

Varição percentual de índices selecionados no Brasil — 2006-10

ANOS	IPCA	IGP-M	CUB (1)	POUPANÇA
2006	100,00	100,00	100,00	100,00
2007	104,46	107,75	106,45	103,31
2008	110,62	118,32	121,70	105,37
2009	115,70	116,28	121,63	108,00
2010	122,53	129,44	129,73	108,22

FONTE: IPEA.
Sinduscon-RS.

(1) Refere-se à categoria R8-B.

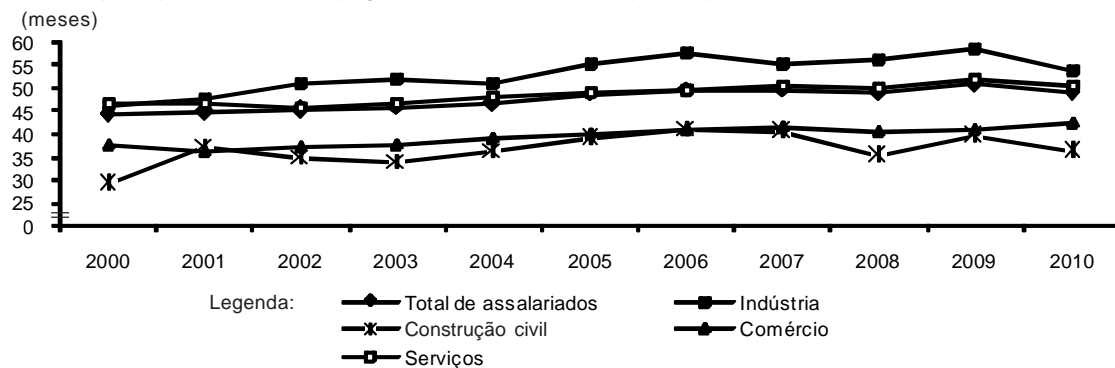
Augusto Pinho de Bem (FEE/CEES)

Aumenta o tempo de permanência no emprego, na RMPA

O tempo que os trabalhadores permanecem na mesma empresa é um dos indicadores de rotatividade mais utilizados nas análises sobre o mercado de trabalho. A esse respeito, o tempo de permanência dos assalariados do setor privado na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) apresentou elevação no período 2000-10, de acordo com os dados captados pela **Pesquisa de Emprego e Desemprego na RMPA**. Para essa categoria, o movimento de aumento da permanência na mesma empresa foi de 10,5%, evoluindo de 44,4 meses para 49,1 meses a partir de 2000. Por setor de atividade, a expansão no tempo de permanência, no período considerado, ocorreu mais fortemente na construção civil (24,9%),

seguida pela indústria (16,6%), pelo comércio (12,1%) e pelos serviços (7,2%). Não obstante esse comportamento, a construção civil apresenta o menor tempo de permanência entre os setores, situando-se em 36,2 meses em 2010, ao passo que a indústria é o setor onde se encontra o maior nível, 54,1 meses em 2010, e, conseqüentemente, a menor rotatividade. Ressalta-se que o indicador sofreu deterioração no ano de 2010, frente à tendência positiva dos anos anteriores. Se o tempo de permanência em 2010 tivesse se mantido no mesmo nível de 2009, seu crescimento teria sido de 14,9% para os assalariados, variação superior aos 10,5% verificados.

Tempo de permanência no emprego dos assalariados do setor privado, por setor de atividade, na RMPA — 2000-10



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: O setor serviços exclui os serviços domésticos.

Bruna Kasprzak Borges (FEE/CPED)

ECONOMIA BRASILEIRA

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./00-jan./11

MESES E ANOS	TAXAS ANUAIS DE CRESCI- MENTO DO PIB (1) (IBGE)	TAXA DE INVESTIMENTO (2) (% do PIB) (IBGE)	TAXA MÉDIA DE DESEMPREGO ABERTO (3) (% da PEA) (IBGE)	TAXAS ANUAIS DE VARIAÇÃO DO ÍNDICE DE PREÇOS (4) (IPCA/IBGE)	TAXAS BÁSICAS DE JUROS AO ANO (%) (Bacen)	TAXA EFETIVA DE CÂMBIO (5) (Bacen)		SALÁRIOS REAIS NA INDÚSTRIA (IBGE)		BASE MONETÁRIA (saldo em R\$ milhões correntes) (Bacen)
						Índice (base fixa jun./1994 = 100)	Taxa de Variação (7)	Índice (base jan./01 = 100)	Taxa de Variação (8)	
Dez./00	4,3	17,6	-	6,0	16,50	100,8	-8,1	128,3	0,2	46 304
Dez./01	1,3	17,4	10,6	7,7	19,00	117,0	24,1	130,7	25,7	52 846
Dez./02	2,7	16,1	10,5	12,5	22,00	158,0	10,5	122,4	20,3	69 901
Dez./03	1,1	15,2	10,9	9,3	17,50	133,8	3,6	126,4	21,9	70 802
Dez./04	5,7	15,7	9,6	7,6	17,25	127,4	-1,6	134,4	24,8	87 344
Dez./05	2,9	15,7	8,3	5,7	18,50	101,2	-18,5	135,5	21,3	98 306
Dez./06	3,8	16,6	8,4	3,1	13,25	99,9	-10,6	135,1	19,7	118 304
Dez./07	5,7	17,8	7,4	4,5	11,25	87,2	-7,2	141,0	21,8	143 642
Dez./08	5,1	19,3	6,8	5,9	13,75	106,4	-3,6	148,2	23,1	145 742
Jan./09	-	-	8,2	5,8	12,75	100,0	-1,4	113,8	-23,2	142 042
Fev./09	-	-	8,5	5,9	12,75	98,3	0,8	114,5	0,6	135 861
Mar./09	3,0	18,7	9,0	5,6	11,25	97,5	2,9	111,2	-2,9	132 168
Abr./09	-	-	8,9	5,5	10,25	95,1	4,6	110,2	-0,9	132 422
Mai/09	-	-	8,8	5,2	10,25	89,7	6,1	114,8	4,2	134 772
Jun./09	1,0	18,0	8,1	4,8	9,25	87,1	7,5	112,3	-2,2	136 247
Jul./09	-	-	8,0	4,5	8,75	85,7	8,9	113,4	1,0	138 421
Ago./09	-	-	8,1	4,4	8,75	82,3	10,4	110,5	-2,6	138 717
Set./09	-1,7	17,4	7,7	4,3	8,75	81,7	10,3	110,3	-0,2	145 138
Out./09	-	-	7,5	4,2	8,75	78,8	6,8	111,2	0,8	145 571
Nov./09	-	-	7,4	4,2	8,75	78,7	3,4	122,7	10,3	148 649
Dez./09	-0,6	17,4	6,8	4,3	8,75	78,8	-1,1	145,3	18,2	167 400
Jan./10	-	-	7,2	4,6	8,75	79,2	-4,2	117,4	-19,2	165 388
Fev./10	-	-	7,4	4,8	8,75	80,5	-7,0	116,4	-0,9	161 879
Mar./10	2,2	18,1	7,6	5,2	8,75	77,9	-9,7	114,8	-1,4	158 721
Abr./10	-	-	7,3	5,3	9,50	76,6	-12,1	112,8	-1,7	160 329
Mai/10	-	-	7,5	5,2	9,50	76,6	-13,7	114,5	1,5	159 897
Jun./10	5,3	18,8	7,0	4,8	10,25	75,5	-15,2	116,1	1,4	162 051
Jul./10	-	-	6,9	4,6	10,75	75,4	-16,4	120,0	3,4	166 374
Ago./10	-	-	6,7	4,5	10,75	76,1	-17,2	114,6	-4,5	168 625
Set./10	7,5	19,4	6,2	4,7	10,75	74,4	-17,4	115,3	0,6	172 969
Out./10	-	-	6,1	5,2	10,75	74,1	-16,2	117,4	1,8	176 942
Nov./10	-	-	5,7	5,6	10,75	74,6	-14,9	128,0	9,0	177 834
Dez./10	-	-	5,3	5,9	11,25	72,6	-13,3	148,7	16,2	197 388
Jan./11	-	-	6,1	6,0	-	72,5	-12,2	-	-	192 047

(continua)

MESES E ANOS	NECESSIDADES PRIMÁRIAS DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO (6) (% do PIB) (Bacen)	DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL DO SETOR PÚBLICO (% do PIB) (Bacen)	INDÚSTRIA					SETOR EXTERNO					
			Índice da Produção Física (base 2002 = 100) (IBGE)	Taxas de Crescimento (IBGE)		Utilização da Capacidade Instalada (%) (IBRE) (9)	Taxas de Crescimento (Secex)		% do PIB (Bacen)			Reservas Externas (conceito de liquidez internacional) (US\$ milhões) (Bacen)	Dívida Externa Total (US\$ milhões correntes)
				Produção física (7)	Produtividade física da indústria (8)		Exporta- ções (7)	Importa- ções (7)	Transações correntes (6)	Investi- mentos diretos (6)	Transações correntes não cobertas por investimentos diretos (6)		
Dez./00	-3,56	48,8	92,66	6,6	-	82,7	14,7	13,8	-3,76	5,08	-1,33	33 011	236 156
Dez./01	-3,67	52,6	86,69	1,6	-10,7	80,2	5,7	0,1	-4,19	4,06	0,14	35 866	226 067
Dez./02	-3,96	55,5	93,75	2,7	-9,9	80,9	3,7	-15,4	-1,51	3,29	-1,78	37 823	227 689
Dez./03	-4,37	57,2	98,23	0,4	-6,9	81,9	21,1	2,3	0,75	1,83	-2,59	49 296	235 414
Dez./04	-4,59	51,7	106,41	8,3	-6,6	84,4	32,0	30,0	1,76	2,73	-4,49	52 935	220 182
Dez./05	-4,83	46,5	109,34	3,1	-5,1	83,7	22,6	17,2	1,58	1,71	-3,29	53 799	187 987
Dez./06	-3,88	44,0	109,65	2,8	-8,1	84,4	16,2	24,1	1,27	1,76	-3,03	85 839	199 372
Dez./07	-3,97	42,8	116,58	6,0	-8,4	86,7	16,8	32,1	0,11	2,53	-2,64	180 334	240 495
Dez./08	-3,68	38,5	99,40	3,1	-15,3	80,6	23,2	43,5	-1,71	2,73	-1,02	193 783	262 910
Jan./09	-3,20	36,9	98,01	1,0	1,5	76,7	19,3	37,4	-1,67	2,62	-0,94	188 102	267 486
Fev./09	-3,03	37,1	94,98	-1,0	-0,9	77,0	15,5	29,2	-1,63	2,75	-1,12	186 880	261 821
Mar./09	-2,83	40,6	111,07	-1,9	15,0	77,1	15,2	26,0	-1,48	2,70	-1,22	190 388	259 926
Abr./09	-2,55	41,4	106,45	-3,9	-3,9	77,6	13,0	19,5	-1,31	2,74	-1,42	190 546	262 113
Mai./09	-2,29	42,6	114,15	-5,0	6,4	78,7	5,1	10,7	-1,40	2,86	-1,46	195 264	264 694
Jun./09	-1,96	43,3	115,42	-6,5	1,4	79,0	-0,5	1,7	-1,27	2,81	-1,54	201 467	270 107
Jul./09	-1,70	44,0	122,93	-8,1	6,0	79,8	-7,3	-6,4	-1,23	2,68	-1,45	207 363	270 107
Ago./09	-1,54	44,0	125,56	-8,8	1,6	81,6	-12,7	-14,0	-1,21	2,48	-1,27	215 744	277 205
Set./09	-1,13	43,5	125,89	-10,2	-0,9	82,8	-18,5	-20,2	-1,17	2,14	-0,97	221 629	282 107
Out./09	-0,97	43,4	134,02	-10,6	4,6	83,7	-21,9	-25,2	-1,27	1,95	-0,69	231 123	278 426
Nov./09	-1,41	43,1	128,60	-9,7	-4,0	84,5	-23,2	-26,3	-1,39	1,87	-0,48	236 660	283 644
Dez./09	-2,05	42,8	118,28	-7,4	-5,9	84,2	-22,7	-26,2	-1,52	1,62	-0,10	238 520	277 563
Jan./10	-2,31	41,6	113,77	-5,0	-2,4	82,1	-20,5	-24,7	-1,52	1,48	0,04	240 484	279 083
Fev./10	-2,20	42,1	112,24	-2,6	-0,9	83,1	-17,8	-20,4	-1,62	1,47	0,15	241 082	281 728
Mar./10	-1,92	42,0	133,47	-0,3	14,5	83,5	-15,4	-16,6	-1,75	1,45	0,30	243 762	293 005
Abr./10	-2,14	41,8	124,85	2,3	-6,7	84,5	-13,1	-11,5	-1,93	1,33	0,60	247 292	290 690
Mai./10	-2,16	41,4	131,03	4,5	3,0	84,6	-6,5	-5,0	-1,88	1,34	0,54	249 846	299 291
Jun./10	-2,06	41,1	128,16	6,5	-2,0	85,1	-2,8	2,1	-2,07	1,27	0,80	253 114	309 566
Jul./10	-2,01	41,4	133,61	8,3	3,9	85,0	2,8	9,8	-2,17	1,32	0,86	257 299	316 688
Ago./10	-1,98	41,8	136,34	9,8	0,9	85,4	9,8	19,5	-2,25	1,32	0,93	261 320	318 613
Set./10	-2,90	40,3	134,26	11,2	-1,7	85,9	17,1	27,7	-2,31	1,49	0,82	275 206	333 199
Out./10	-2,76	40,0	136,55	11,8	0,9	86,4	23,3	35,1	-2,34	1,74	0,60	284 930	343 784
Nov./10	-2,51	40,0	135,40	11,7	-0,4	86,1	28,3	40,5	-2,40	1,84	0,57	285 461	338 155
Dez./10	-2,78	40,4	121,43	10,5	-8,2	85,3	32,0	42,2	-2,29	2,34	-0,05	288 575	349 956
Jan./11	-	-	-	-	-	83,1	33,2	43,5	-2,35	2,43	-0,08	297 696	357 174

FONTES: IPEA, IBGE, Bacen, DIEESE, FGV, IBRE, Macrométrica.

(1) Variação percentual acumulada em quatro trimestres. (2) Taxa de investimento acumulada em quatro trimestres. Quociente entre a Formação Bruta de Capital Fixo e o PIB, ambos a preços correntes. (3) Pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho. (4) Variação percentual em relação ao mesmo mês do ano anterior. (5) R\$/cesta de 15 moedas: EUA, Japão, Argentina, China, Países Baixos, Alemanha, México, Japão, Itália, Chile, Rússia, Reino Unido, França, Bélgica, Espanha, Coreia do Sul. (6) Valor dos últimos 12 meses. (7) Variação percentual acumulada em 12 meses. (8) Variação percentual em relação ao mês anterior. (9) Taxa mensal.

Carta de Conjuntura - Ano 20 nº 3

ECONOMIA DORS

Variáveis selecionadas — set./08-jan./11

MESES E ANOS	PIB (1)	PRODUÇÃO FÍSICA NA INDÚSTRIA			ICMS (R\$ milhões)				ÍNDICES DE PREÇOS (2)	
		Base Fixa (5)	Mês (6)	Acumulado no Ano (7)	Industrial	Comércio Atacadista	Comércio Varejista	Total	IPC (IEPE)	IPCA POA (IBGE)
Set./08	-	116,12	115,87	105,73	575,8	390,2	154,1	1 278,5	96,95	97,19
Out./08	-	118,38	102,54	105,39	547,6	416,4	128,0	1 285,5	97,13	97,48
Nov./08	-	99,17	89,85	103,96	538,0	482,3	136,3	1 328,3	98,00	98,19
Dez./08	2,7	81,68	82,90	102,35	508,2	368,8	131,1	1 165,8	98,18	98,33
Jan./09	-	81,61	79,33	79,33	651,5	304,8	194,6	1 314,0	98,69	98,57
Fev./09	-	84,17	79,51	79,42	531,3	264,6	129,3	1 084,4	99,27	98,95
Mar./09	-	101,90	90,02	83,15	513,9	276,8	132,5	1 081,7	99,61	99,10
Abr./09	-	104,50	86,42	84,04	666,3	303,1	119,0	1 246,4	100,00	100,00
Mai./09	-	105,32	91,89	85,66	631,7	284,8	137,8	1 214,6	100,44	100,65
Jun./09	-	104,70	90,50	86,49	554,0	287,5	156,6	1 156,8	100,86	100,78
Jul./09	-	110,02	92,35	87,37	552,8	283,0	149,5	1 139,1	100,83	100,90
Ago./09	-	108,30	94,28	88,25	585,2	295,7	148,0	1 182,5	100,51	100,93
Set./09	-	105,30	90,67	88,52	588,3	293,8	156,1	1 200,3	100,86	101,19
Out./09	-	111,67	94,33	89,12	638,2	300,7	129,5	1 232,1	101,90	101,33
Nov./09	-	108,03	108,93	90,71	710,8	319,9	142,4	1 326,3	101,58	101,94
Dez./09	-0,8	102,25	125,18	92,84	686,4	323,5	133,2	1 353,5	101,06	101,97
Jan./10	-	97,73	119,76	119,76	770,3	356,8	185,6	1 487,6	101,58	102,53
Fev./10	-	93,33	110,88	115,25	598,5	269,2	118,0	1 096,3	102,41	103,29
Mar./10	-	118,41	116,20	115,61	616,6	381,7	138,3	1 359,6	103,62	104,12
Abr./10	-	113,56	108,67	113,66	810,1	379,8	135,2	1 477,6	104,28	104,70
Mai./10	-	111,69	106,05	111,98	747,1	350,0	145,1	1 396,1	104,57	104,76
Jun./10	-	112,72	107,65	111,20	681,1	333,8	158,7	1 343,4	104,29	104,60
Jul./10	-	119,62	108,72	110,81	713,3	350,0	157,4	1 388,5	104,78	104,79
Ago./10	-	114,27	105,51	110,09	759,8	366,9	172,6	1 515,7	104,96	105,04
Set./10	-	105,31	100,01	108,92	753,9	358,8	163,4	1 457,5	105,19	105,24
Out./10	-	107,55	96,31	107,54	760,8	355,9	147,5	1 423,4	105,99	105,90
Nov./10	-	115,84	107,03	107,51	786,6	398,5	153,6	1 508,2	106,49	106,60
Dez./10	7,8	102,94	100,68	106,94	877,8	339,2	156,4	1 551,1	107,04	107,20
Jan./11	-	-	-	-	838,2	363,0	229,9	1 611,1	107,80	107,70

(continua)

ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — set./08-jan./11

MESES E ANOS	SALDO DE ADMISSÕES E DESLIGAMENTOS COM CARTEIRA	DESEMPREGO NA RMPA		RENDIMENTOS NA RMPA (3)		CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (4) (mwh)		EXPORTAÇÕES VALOR (1 000 US\$ FOB)
		Taxa de Desemprego		Ocupados (8)	Assalariados (9)	Industrial	Total	
		Aberto	Total					
Set./08	10 540	8,3	11,2	1 289	1 293	570 888	1 684 761	2 556 107
Out./08	8 873	7,9	10,6	1 290	1 289	583 481	1 723 158	1 662 121
Nov./08	8 036	7,7	10,2	1 282	1 289	545 726	1 702 679	1 120 830
Dez./08	-27 678	7,4	9,8	1 263	1 260	504 271	1 821 798	1 211 405
Jan./09	2 798	7,6	10,0	1 275	1 258	370 254	1 838 172	704 515
Fev./09	747	7,8	10,4	1 298	1 282	451 763	1 869 565	876 189
Mar./09	4 734	9,0	11,7	1 307	1 306	484 699	1 925 556	883 952
Abr./09	2 935	9,7	12,1	1 288	1 302	518 975	1 878 610	1 057 070
Mai/09	-4 076	10,1	12,6	1 267	1 279	516 215	1 733 588	1 302 929
Jun./09	-1 394	9,5	12,0	1 292	1 281	521 982	1 691 489	1 879 368
Jul./09	- 481	9,2	12,0	1 306	1 299	523 211	1 715 453	1 506 217
Ago./09	10 983	8,8	11,6	1 316	1 293	535 211	1 732 263	1 423 938
Set./09	14 385	8,4	11,3	1 301	1 298	537 056	1 706 000	1 405 196
Out./09	19 596	8,1	10,4	1 331	1 317	545 937	1 709 505	1 432 869
Nov./09	25 723	7,9	10,0	1 304	1 299	531 690	1 751 336	932 123
Dez./09	-11 724	7,4	9,4	1 318	1 322	563 694	1 877 984	1 831 696
Jan./10	18 877	7,3	9,7	1 289	1 286	461 302	1 959 713	838 307
Fev./10	19 718	7,3	9,6	1 324	1 308	538 312	2 034 351	875 005
Mar./10	28 254	7,7	9,8	1 332	1 303	569 857	2 089 614	1 013 270
Abr./10	20 429	7,8	9,6	1 329	1 303	582 585	1 963 257	1 352 478
Mai/10	9 511	7,7	9,6	1 316	1 300	585 325	1 824 913	1 570 957
Jun./10	7 865	7,5	9,5	1 328	1 304	586 363	1 801 932	1 490 528
Jul./10	9 669	7,1	8,9	1 352	1 328	585 557	1 835 915	1 574 764
Ago./10	15 675	7,1	8,7	1 371	1 357	575 378	1 826 812	1 374 519
Set./10	11 139	7,0	8,5	1 369	1 350	539 893	1 736 628	1 438 940
Out./10	18 592	6,8	8,2	1 363	1 341	-	-	1 425 566
Nov./10	21 729	6,2	7,7	1 372	1 334	-	-	1 152 517
Dez./10	-18 194	5,8	7,2	1 364	1 346	-	-	1 275 596
Jan./11	-	5,9	7,3	-	-	-	-	1 122 210

FONTE: FEE, IBGE, MICT, PED-RMPA, Secretaria da Fazenda-RS, IEPE, SINDUSCON, Ministério do Trabalho e Emprego.

(1) Refere-se à taxa anual. (2) Base: abr./09 = 100. (3) Inflator utilizado: IPC-IEPE; valores em reais de dez./10. (4) Refere-se à soma do consumo de energia elétrica divulgado pelas três principais operadoras do Estado (RGE, AES-SUL e CEEE). (5) Base: média de 2002 = 100. (6) Base: igual mês do ano anterior = 100. (7) Base: igual período do ano anterior = 100. (8) Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganham exclusivamente em espécie ou benefício. (9) Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos.

Renda familiar: multiplicidade de origens e diferenças regionais

Sucessivos indicadores apontam considerável redução da miséria no País e atenuação da histórica desigualdade de renda. Destaca-se, apropriadamente, o papel que o mercado de trabalho desempenha nesse sentido: entre 2004 e 2008, de acordo com a RAIS-MTE, o número de assalariados formais cresceu 25,6%; sua massa salarial, nada menos do que 36,5%.

Segundo a **Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF)**, o trabalho é responsável por 61,1% da renda familiar. Por certo, os quase 40% restantes também merecem atenção. Ademais, a composição das rendas familiares diferencia-se bastante no espaço nacional.

Entre as regiões metropolitanas (RMs), a participação dos rendimentos do trabalho tem um arco de variação de 10 pontos percentuais — de 58,2% na RM de Recife a 68,2% na de Salvador. Os rendimentos não monetários alcançam sua maior

expressão na RM de Belém (13,2%), seguida de perto pela RM de São Paulo (12,7%), recuando até os 9,7% da RM baiana. A variação patrimonial tem maior expressão nas RMs de Porto Alegre e do Rio de Janeiro (mais de 6% das receitas das famílias), enquanto, nas metrópoles das Regiões Nordeste e Norte, fica abaixo dos 3%. Inversamente, é nessas RMs que os programas sociais federais têm suas maiores participações — entre 0,5% e 1,8%, contra 0,1% a 0,2% nas Regiões Sul e Sudeste. As parcelas de aposentadorias e pensões do INSS e da previdência pública têm expressiva amplitude de variação entre as RMs.

Reforçando a importância de se investigarem as particularidades regionais, os dados demonstram que, a par do caráter determinante da dinâmica do mercado de trabalho, a renda das famílias tem outros esteios decisivos — privados e públicos, mercantis e não mercantis.

Distribuição do rendimento médio mensal e variação patrimonial total das famílias, segundo a origem, no Brasil e nas regiões metropolitanas — 2008

REGIÕES METROPOLITANAS E BRASIL	RENDIMENTO DO TRABALHO	TRANSFERÊNCIAS					OUTRAS RENDAS (2)	RENDIMENTO NÃO MONETÁRIO	VARIACÃO PATRIMONIAL
		Total	Aposentadoria, Pensão do INSS	Aposentadoria, Pensão da Previdência Pública	Programas Sociais Federais	Outras Transferências (1)			
Belém	63,6	18,2	9,1	5,0	1,2	2,9	2,1	13,2	2,9
Fortaleza	61,7	23,4	6,8	11,1	1,8	3,7	2,1	10,3	2,5
Recife	58,2	23,8	13,9	5,4	1,2	3,4	2,9	12,4	2,7
Salvador	68,2	13,4	7,4	2,4	0,5	3,1	6,4	9,7	2,3
Belo Horizonte	64,4	18,5	8,8	5,5	0,2	4,0	2,9	10,5	3,7
Rio de Janeiro	61,6	21,2	9,1	9,9	0,2	2,0	1,1	10,1	6,1
São Paulo	67,1	12,8	7,9	2,7	0,1	2,0	3,1	12,7	4,3
Curitiba	58,3	22,5	9,5	10,3	0,1	2,6	4,0	12,2	3,0
Porto Alegre	60,6	19,5	10,4	6,4	0,2	2,5	2,5	11,3	6,2
Brasil	61,1	18,5	10,2	4,7	0,7	2,9	3,3	12,8	4,4

FONTA: IBGE/Pesquisa de Orçamentos Familiares.

NOTA: O termo família equivale à unidade de consumo.

(1) Incluem aposentadoria, pensão da previdência privada e pensão alimentícia, mesada ou doação. (2) Incluem rendimento de aluguel.

Guilherme G. de F. Xavier Sobrinho (FEE/CEES)

Desempenho da indústria gaúcha no segundo semestre de 2010

No ano de 2010, a indústria gaúcha de transformação do Rio Grande do Sul registrou uma taxa de crescimento de 6,9%, apresentando um desempenho inferior ao da indústria brasileira (10,5%). Esse resultado ainda é desfavorável em relação a outros Estados que também possuem forte peso na produção industrial nacional, como SP, MG, RJ e PR. Isso pode ser explicado por vários fatores conjunturais, como é o caso dos fenômenos climáticos que impactaram a produção de fumo, fortemente incidentes no segundo semestre de 2010.

Quanto à qualidade do crescimento, considerado do ponto de vista setorial, a produção da indústria gaúcha foi liderada pelos mesmos setores que lideraram nos estados referidos. É o caso do excepcional crescimento da produção de bens de capital agrícolas, industriais e de transportes (29,2%) e de veículos automotores (25,7%), destacando-se também metalurgia básica (29,9%) e produtos de metal (22,2%) (IBGE).

O que se quer destacar é o baixo crescimento relativo da indústria do RS, que foi consequência de quedas de produção setorialmente localizadas. Nos meses de agosto, setembro e outubro, em relação ao mês imediatamente anterior, a produção industrial diminuiu, respectivamente, 4,5%, 1,9% e 0,9%. Isso se deve à expressiva diminuição de refino de petróleo e produção de álcool — que recuperou o nível de produção de julho apenas em novembro — e da produção e processamento de fumo. Dentre outros setores com grande peso na indústria gaúcha que apresentaram forte desaceleração no segundo semestre de 2010, destacam-se também produtos petroquímicos e mobiliário, mesmo que tenham apresentado níveis de produção superiores aos registrados no segundo semestre de 2009.

Indicadores conjunturais da indústria do Rio Grande do Sul — jul.-dez./10

MESES	MÊS/MÊS (1)	MENSAL (2)	ACUMULADO NO ANO (3)	ACUMULADO EM 12 MESES
Julho	4,6	8,6	10,8	6,6
Agosto	-4,5	5,4	10,1	7,6
Setembro	-1,9	0,0	8,9	8,6
Outubro	-0,9	-3,7	7,5	8,9
Novembro	8,3	7,0	7,5	8,7
Dezembro	-3,0	0,7	6,9	6,9

FONTA: IBGE.

(1) Base: mês imediatamente anterior = 100; série com ajuste sazonal. (2) Base: igual mês do ano anterior = 100. (3) Base: igual período do ano anterior = 100.

Glaiison Guerrero (FEE/CEES)

Choques na economia gaúcha

No período pós-Plano Real, de 1995 a 2010, a economia do Rio Grande do Sul cresceu 36,7%, abaixo da taxa do Brasil, de 61,8%. Isso não significa, entretanto, que a velocidade do crescimento do RS tenha sido consistentemente menor que a da economia brasileira durante esses 16 anos. Como regra geral, o RS acompanhou o ritmo do Brasil. Em sete anos (1997, 1999, 2000, 2001, 2003, 2006 e 2007), as taxas de crescimento do Estado foram, inclusive, maiores que as nacionais. Nos anos de 1996 a 2003 e de 2006 a 2010, as taxas médias de expansão do RS e do Brasil foram praticamente iguais. Nos anos de 1995, 2004 e 2005, no entanto, a trajetória da economia gaúcha descolou completamente da nacional, em função de choques econômicos que atingiram o Estado de forma relativamente mais intensa.

Em 1995, o desempenho econômico do RS foi bem inferior ao brasileiro. O Estado caiu 5,0%, ao passo que o Brasil cresceu 3,0%. Setorialmente, a causa da disparidade esteve na indústria de transformação, sendo que a do RS caiu 15,2%. A valorização cambial que se seguiu à implantação do real desestimulou as exportações industriais de todo o País. O impacto sobre as vendas da indústria gaúcha, entretanto, foi maior. A forte dependência de exportações de setores industriais relevantes, como calçados, máquinas e equipamentos e químicos, acarretou forte redução da produção industrial.

Em 2004, a agropecuária do RS caiu 10,6% em função de uma estiagem. O PIB variou 3,3% positivamente, influenciado

pelo crescimento de 7,0% da indústria, que acabou sendo pouco afetada, num primeiro momento, pelo mau desempenho do Setor Primário. A estiagem de 2004 seguiu-se a de 2005. O setor agropecuário caiu 17,4% sobre uma base deprimida. A depressão da agropecuária chegou à indústria, através das atividades mais ligadas ao Setor Primário, como as de alimentos, fumo e máquinas e equipamentos. Num segundo momento, a menor renda do campo atingiu o comércio, rebatendo mais uma vez na indústria, agora nas demais atividades. Em 2005, a indústria gaúcha encolheu 5,2%. No período seguinte (2006-10), a agropecuária recuperou-se, crescendo, em média, 12,1% ao ano, bem acima da taxa brasileira. As perdas na indústria persistiram por mais um ano ainda, contaminando a taxa média do período 2006-10. De 2007 em diante, seu crescimento voltou ao mesmo ritmo do da indústria brasileira.

A análise mostra que a economia gaúcha, em condições normais, tende a acompanhar o desempenho da economia brasileira. Por outro lado, fica evidente que o RS é mais suscetível a choques, seja pelo lado da demanda externa, seja por problemas de oferta interna. Em anos de choques, seu desempenho descola-se completamente do da economia nacional. Passado o problema, volta a crescer, sem, no entanto, recuperar as perdas. Disso decorre que, num prazo mais longo, o Estado acaba por apresentar uma taxa de crescimento média inferior à nacional.

Taxas de crescimento do PIB, da agropecuária e da indústria de transformação no RS e no Brasil, em períodos selecionados

DISCRIMINAÇÃO	1995		1996-2003		2004-05		2006-10 (1)		1995-2010 (1)	
	RS	BRASIL	RS	BRASIL	RS	BRASIL	RS	BRASIL	RS	BRASIL
PIB	-5,0	3,0	2,0	1,9	0,2	4,4	4,2	4,4	2,0	3,1
Agropecuária	1,7	1,8	3,8	4,3	-14,1	1,3	12,1	3,5	3,7	3,5
Indústria de transformação	-15,2	1,4	1,6	0,8	0,7	4,8	1,4	2,5	0,3	1,9

FONTE: IBGE.
FEE.

(1) Os dados para os anos de 2009 e 2010 são estimativas.

Martinho Lazzari (FEE/CIE)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 25.02.11).
ISSN 1517-7262

A **Carta de Conjuntura FEE** é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã.

Tiragem: 250 exemplares.


**Fundação de
Economia e
Estatística**

Presidente: Adalmir Antonio Marquetti
Diretor Técnico: André Luis Forti Scherer
Diretor Administrativo: Roberto Pereira da Rocha

Conselho Editorial da Carta: Octavio Augusto Camargo Conceição, Adalberto Alves Maia Neto, Roberto da Silva Wiltgen e Sônia Unikowsky Teruchkin.

Núcleo de Dados: Rafael Bernardini Santos (coordenação) e Ana Maria de Oliveira Feijó.

Fundação de Economia e Estatística
Siegfried Emanuel Heuser
Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre
CEP 90010-283
E-mail: conjuntura@fee.tche.br
www.fee.rs.gov.br

Editoração

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Vera Lúcia Pires Dalberto. Expedição: Lisete Maria Giroto.

Revisão

Coordenação: Susana Kerschner. Revisora: Maria Inácia Flór Reinaldo.

Editoria

Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira e Rejane Maria Bondanza Lopes. Conferência: Jose Antonio da Silva e Vera Sonia da Silva Castro. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.